



MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

CÂMARA MUNICIPAL

N.º 15

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
REALIZADA**

EM 4 DE JULHO DE 2012

ÍNDICE

➤ INTRODUÇÃO DE NOVOS ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO	3
➤ RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA.....	3
➤ PAGAMENTOS	4
➤ ATA	4
➤ URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO	
PEDIDO DE ISENÇÃO DAS TAXAS DEVIDAS PELA OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA PARA A REALIZAÇÃO DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE CAÇADORES DE ALCOCHETE.....	4
PEDIDO DE CEDÊNCIA DE TERRADO E ISENÇÃO DE TAXAS PARA A REALIZAÇÃO DAS FESTAS POPULARES DO SAMOUCO.....	5
➤ RECURSOS FINANCEIROS	
PROLONGAMENTO DE HORÁRIO DE ENCERRAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE RESTAURAÇÃO E BEBIDAS DURANTE O PERÍODO DAS FESTAS POPULARES DO SAMOUCO A DECORRER ENTRE OS DIAS 13 E 17 DE JULHO	5
➤ EMPREITADAS E FORNECIMENTOS	
“REFORMULAÇÃO DO LOGRADOURO ADJACENTE À BIBLIOTECA” – PROC.º I-04/06 – HOMOLOGAÇÃO DO AUTO DE RECEÇÃO DEFINITIVA E CANCELAMENTO DE GARANTIA BANCÁRIA	6
➤ MOÇÃO SOBRE A RETIRADA DOS SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E DE NATAL AOS TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	6
➤ PLANO DE PAGAMENTOS – TAXA DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE EMERGÊNCIA EXTERNO – MAXAMPOR	9
➤ REPROGRAMAÇÃO DAS REUNIÕES DE CÂMARA	10
➤ FRACIONAMENTO DO PAGAMENTO DA DÍVIDA DE CONSUMO DE ÁGUA – CLIENTE N.º 1278570	11
➤ PLANO OPERACIONAL DE EMERGÊNCIA – FESTAS DE SAMOUCO a)	12
➤ RETIFICAÇÃO DA PROPOSTA N.º 6/2012 (ACEITAÇÃO DE DOAÇÃO) a).....	13
➤ ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS.....	13
➤ INFORMAÇÕES	15
➤ INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE	19
➤ ENCERRAMENTO.....	19

a) Assuntos não agendados na Ordem do Dia

Aos quatro dias do mês de julho do ano de dois mil e doze, nesta vila de Alcochete e salão nobre dos Paços do Concelho, pelas dezassete horas e trinta minutos, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Dr. Luís Miguel Carraça Franco, na qualidade de presidente da Câmara, encontrando-se presentes os senhores vereadores, Susana Isabel Freitas Custódio, Paulo Alexandre Meireles de Carvalho Alves Machado, Jorge Manuel Pereira Giro, António Dias dos Santos Maduro e José Navarro Lopes Gemas.

Não compareceu o senhor vereador José Luís dos Santos Alféua Ferreira, por motivo considerado justificado.

O senhor presidente declarou aberta a reunião.

INTRODUÇÃO DE NOVOS ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO

O senhor presidente, dada a urgência na sua deliberação, solicitou a inclusão dos seguintes pontos na Ordem do Dia, bem como a renumeração da mesma, o que foi aceite por unanimidade:

- Plano Operacional de Emergência – Festas de Samouco
- Retificação da proposta n.º 6/2012 (aceitação de doação)

Seguidamente procedeu-se à leitura do seguinte:

RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA

Referente ao dia de ontem, que acusa o saldo, em disponibilidades de operações orçamentais, no montante de oitocentos e dezasseis mil, cento e sessenta euros e setenta e seis cêntimos.

A Câmara tomou conhecimento.

PAGAMENTOS

O senhor presidente informou a Câmara que, entre os dias 20/06/2012 e 03/07/2012, foi autorizado o pagamento da despesa, no valor de setecentos e trinta e dois mil, duzentos e setenta euros e oitenta e oito cêntimos, a que correspondem as ordens de pagamento emitidas do número 2374 ao número 2534.

A Câmara tomou conhecimento.

ATA

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a ata da reunião ordinária, realizada em 20 de junho de 2012, por unanimidade.

URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO

PEDIDO DE ISENÇÃO DAS TAXAS DEVIDAS PELA OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA PARA A REALIZAÇÃO DE OBRAS DE CONSERVAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE CAÇADORES DE ALCOCHETE

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«Na sequência da solicitação da Associação de Caçadores de Alcochete, proponho a isenção das taxas devidas pela ocupação da via pública para a realização de obras de conservação na sua sede, na rua Dr. Ciprião de Figueiredo, n.º 2, Alcochete, no valor de €31,13, conforme previsto na alínea a) do n.º 2 do artigo 9.º do Regulamento de Taxas Municipais.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a presente proposta por unanimidade.

PEDIDO DE CEDÊNCIA DE TERRADO E ISENÇÃO DE TAXAS PARA A REALIZAÇÃO DAS FESTAS POPULARES DO SAMOUÇO

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«Na sequência da solicitação da Associação das Festas Populares do Samouço, proponho a cedência do terrado, conforme assinalado em planta topográfica em anexo, para a realização das tradicionais festas, a decorrer entre os dias 13 e 17 de julho.

Mais proponho a isenção do pagamento das taxas devidas pela ocupação do domínio público, bem como das taxas relativas à licença especial de ruído, de acordo com a alínea a) do n.º 2 do artigo 9.º do Regulamento de Taxas Municipais no valor total de €6.094,19, sem prejuízo do cumprimento da legislação aplicável em matéria de recintos itinerantes e improvisados.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a presente proposta por unanimidade, bem como anexar a referida planta topográfica como **Doc. 1**.

RECURSOS FINANCEIROS

PROLONGAMENTO DE HORÁRIO DE ENCERRAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS DE RESTAURAÇÃO E BEBIDAS DURANTE O PERÍODO DAS FESTAS POPULARES DO SAMOUÇO A DECORRER ENTRE OS DIAS 13 E 17 DE JULHO

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«Proponho, em conformidade com a legislação em vigor e como resultado da pretensão que nos foi apresentada pela direção da Associação das Festas Populares do Samouço, o prolongamento do horário de funcionamento dos estabelecimentos legais de restauração e bebidas até às 04:00 horas, nos dias 13,

15, 16 e 17 e até às 06:00 do dia 14 para 15, durante o período em que se realizam as Festas Populares do Samouco, como tem acontecido, aliás, em anos transatos.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a presente proposta por unanimidade.

EMPREITADAS E FORNECIMENTOS

“REFORMULAÇÃO DO LOGRADOURO ADJACENTE À BIBLIOTECA” – PROC.º I-04/06 – HOMOLOGAÇÃO DO AUTO DE RECEÇÃO DEFINITIVA E CANCELAMENTO DE GARANTIA BANCÁRIA

Presente o auto de vistoria, para efeitos de receção definitiva da empreitada em epígrafe, onde se refere que os trabalhos se encontram executados de acordo com o estipulado no Caderno de Encargos e que estão reunidas as condições para a obra ser recebida definitivamente.

Mais propôs o senhor vereador Jorge Manuel Pereira Giro, de acordo com a informação técnica da Divisão de Obras Municipais e Rede Viária n.º 56/12, o cancelamento da garantia bancária do Banco BPI, S.A. com o n.º 06/355/43781 no valor de €11.103,16.

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou homologar o auto de receção Definitiva, bem como autorizar o cancelamento da referida garantia bancária, por unanimidade.

MOÇÃO SOBRE A RETIRADA DOS SUBSÍDIOS DE FÉRIAS E DE NATAL AOS TRABALHADORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Pelo senhor vereador Paulo Alexandre Meireles de Carvalho Alves Machado foi apresentada a seguinte proposta:

«Concretizou-se, no final do mês de junho, mais uma etapa no já longo processo de degradação salarial dos trabalhadores da administração pública, através do não pagamento do subsídio de férias à maioria dos funcionários do Estado.

Esta iniciativa representa um atentado aos direitos de todos os trabalhadores, não constituindo uma imposição da "troika", mas sim um capricho governamental para fazer face às "políticas e gestões" que os governos têm levado a cabo nos últimos anos, atentando diretamente contra o previsto no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 496/80, de 20 de outubro, que estabelece que "Os subsídios de Natal e de férias são inalienáveis e impenhoráveis".

Com efeito, esta é uma medida injustificável a todos os títulos, só entendível no contexto mais vasto de orientações políticas contrárias aos interesses dos trabalhadores e do país e que, a par de outras igualmente gravosas, consolida uma intenção política deste governo em proceder ao desfiguramento da Administração Pública e ao progressivo desmantelamento do Serviço Público.

A alteração ao regime laboral dos funcionários do Estado, a extinção de carreiras, o congelamento da progressão na carreira, os aumentos dos descontos e as reduções de salários, após mais de uma década de diminuição dos salários reais, são as medidas que, mais diretamente, afetam os trabalhadores e que são indissociáveis da degradação dos Serviços Públicos em todas as áreas, com particular destaque para a Saúde e o Ensino, com a sucessão de encerramento de estabelecimentos e degradação da qualidade do serviço prestado, a par do aumento de taxas e propinas.

No entanto, não são, nem foram, os trabalhadores da Administração Pública, nem quaisquer outros, os responsáveis pela degradação das contas públicas. As responsabilidades terão de ser imputadas a quem, ao longo de anos, desbaratou os dinheiros públicos, seja nas vergonhosas parcerias Público-Privadas, seja nos desmandos das administrações de institutos e empresas públicas ou, ainda, na cobertura de fraudes a banqueiros e elites.

Portugal e os portugueses não precisam de mais empobrecimento. As políticas de austeridade, impostas pela UE e pelo FMI e diligentemente aplicada pelo governo de coligação PSD-CDS/PP, num quadro de traição à defesa dos interesses de Portugal e dos portugueses, põe os interesses da agiotagem internacional à frente dos interesses da nação.

Este rumo destrói, deliberada e conscientemente, o presente e hipoteca o futuro. A via para a superação da situação atual é a da aposta no país, no seu povo e nos seus recursos. A rutura com o atual rumo de desastre passa por reforçar o poder de compra dos portugueses, melhorando os salários e pensões, ampliando assim o mercado interno, que alavancará a produção nacional, sobretudo as pequenas e médias empresas.

Por isso, retirar aos trabalhadores e pensionistas do Estado, já brutalmente penalizados ao longo destes últimos anos, dois meses de salário é uma afronta a estes trabalhadores, é um ataque ao Serviço Público e é contrário aos interesses do país.

A Câmara Municipal de Alcochete, reunida em sessão ordinária, nos Paços do Concelho, a 4 de julho de 2012, delibera:

Repudiar esta medida e manifestar a sua solidariedade com todos os trabalhadores e funcionários públicos, do Município e de toda a Administração Pública, e a todos os trabalhadores do sector privado que foram alvo da mesma medida.

Enviar esta moção para conhecimento de todos os trabalhadores das autarquias locais do concelho de Alcochete; suas estruturas representativas; bem como à Assembleia Municipal; Juntas e Assembleias de Freguesia.

Enviar esta moção para conhecimento do Senhor Primeiro Ministro, dos Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República e do Tribunal Constitucional.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a presente proposta por unanimidade.

PLANO DE PAGAMENTOS – TAXA DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE EMERGÊNCIA EXTERNO – MAXAMPOR

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«Decorrente do Decreto-Lei n.º 254/2007, de 12 de julho, que atribui à Câmara Municipal a competência da elaboração do Plano de Emergência Externo, para prevenção e controlo dos perigos associados a acidentes graves que envolva substâncias perigosas e, de acordo com o artigo 31.º, no ponto 3, que refere que os atos praticados pela Câmara Municipal e a elaboração de Planos de Emergência Externos estão sujeitos a pagamento de taxas, regulamentado no artigo 11.º, no ponto 2, do Regulamento de Taxas Municipais.

O referido plano tem como objetivo mitigar e limitar os danos no exterior do estabelecimento, decorrentes de acidente grave, organizando e definindo as orientações de atuação de todos os agentes de proteção civil, organismos e entidades de apoio, a empenhar em operações de proteção civil decorrentes desses acidentes, de modo a garantir a proteção da população, com a missão de conferir a máxima agilidade e operacionalidade na resposta de emergência.

A empresa Maxampor colaborou, de forma exemplar, com o Serviço Municipal de Proteção Civil para o desenvolvimento do referido plano, participando ativamente na sua elaboração, disponibilizando-se sempre que solicitados para o esclarecimento de quaisquer dúvidas e contributos, cooperando de forma inequívoca para o sucesso da sua elaboração e aprovação pela Autoridade Nacional de Proteção Civil.

Assim e de acordo com o exposto anteriormente, propõe-se, a título excecional, o fracionamento da taxa prevista, em duas fases no decorrer do presente ano económico, por forma a que a empresa consiga cumprir com o pagamento da taxa

estipulada no referido Regulamento, sendo que a receita que advém deste valor (num total de €6.322.09) tem como objetivo investimento no domínio da Proteção Civil e Segurança da população.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a presente proposta por unanimidade.

REPROGRAMAÇÃO DAS REUNIÕES DE CÂMARA

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«Na sequência da calendarização das reuniões ordinárias de Câmara e da aprovação do calendário das reuniões de Câmara descentralizadas para 2012 e dada a necessidade da sua adaptação, decorrente não só do período de férias como da realização das Tradicionais Festas do Barrete Verde e das Salinas, proponho a reprogramação das reuniões de Câmara nos termos abaixo descritos:

Julho:

Dia 18 – Alteração do local, passando da freguesia de S. Francisco para os Paços do Concelho.

Agosto:

Dia 1 – Mantém-se a reunião nos Paços do Concelho

Anula-se a segunda reunião do mês, por coincidir com as Festas do Barrete Verde e das Salinas.

Dia 29 – Mantém-se a reunião descentralizada, apenas com a alteração do local, passando da freguesia do Samouco para a freguesia de S. Francisco.

Setembro:

Dia 12 – Mantém-se a reunião nos Paços do Concelho.

Dia 26 – Alteração do local, passando do Valbom para a freguesia do Samouco.

Outubro:

Dia 10 – Alteração do local, passando dos Paços do Concelho para o Valbom.

Dia 24 – Mantém-se a reunião descentralizada no Passil.

Novembro:

Dia 7 – Mantém-se a reunião nos Paços do Concelho

Dia 21 – Mantém-se a reunião descentralizada na Fonte da Senhora.

Dezembro:

Dias 5 e 19 – Mantém-se as reuniões nos Paços do Concelho.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a presente proposta por unanimidade.

FRACIONAMENTO DO PAGAMENTO DA DÍVIDA DE CONSUMO DE ÁGUA – CLIENTE N.º 1278570

Pelo senhor vereador Jorge Manuel Pereira Giro foi apresentada a seguinte proposta:

«De acordo com informação técnica da Divisão de Águas e Saneamento e considerando:

1. Que na sequência dos procedimentos administrativos conducentes à cobrança das dívidas relacionados com os consumos de água o cliente n.º 1278570, Elisa de Almeida Martins, veio solicitar à Câmara o pagamento da dívida em prestações, alegando dificuldades económicas;
2. Que a dívida é no valor de €178,38.

Propõe-se a aprovação do fracionamento do pagamento da dívida em 10 prestações no valor de €17,84 cada ($€178,38 / 10 = €17,84$), com início em julho de 2012.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a presente proposta de fracionamento, em 10 prestações, com início em julho de 2012, por unanimidade.

PLANO OPERACIONAL DE EMERGÊNCIA – FESTAS DE SAMOUCO a)

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«Dando continuidade aos pressupostos estratégicos inerentes ao Serviço Municipal de Protecção Civil, no âmbito do desenvolvimento de ações preventivas que procuram salvaguardar a segurança de pessoas e bens, durante o período das Festas Populares de Samouco que decorrem de 13 a 17 de Julho, foi elaborado o Plano Operacional de Emergência (POE), em colaboração com os Bombeiros Voluntários de Alcochete, Guarda Nacional Republicana, Junta de Freguesia de Samouco e Comissão de Festas Populares de Samouco.

Neste POE, eminentemente operacional, estão referenciadas as estratégias de atuação dos agentes de Protecção Civil, as suas responsabilidades, os sistemas de alerta, os planos prévios de intervenção, a estrutura de coordenação, a administração e logística, entre outras medidas preventivas.

Assim, e após análise, propõe-se a aprovação do referido plano que será remetido a todas as entidades envolvidas e à Autoridade Nacional de Protecção Civil – Comando Distrital de Operações de Socorro de Setúbal.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a presente proposta por unanimidade.

RETIFICAÇÃO DA PROPOSTA N.º 6/2012 (ACEITAÇÃO DE DOAÇÃO) a)

Pela senhora vereadora Susana Isabel Freitas Custódio foi apresentada a seguinte proposta:

«Na proposta n.º 6/2012, presente na reunião de Câmara do passado dia 20 de junho de 2012, onde se lê “doar o montante de €1.104,00 (mil cento e quatro euros) ” deverá ler-se “doar o montante de €1.113,53 (mil cento e treze euros e cinquenta e três cêntimos) ”, pelo que se propõe a respetiva retificação.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a presente proposta por unanimidade.

ATRIBUIÇÃO DE APOIOS FINANCEIROS

➤ **Pela senhora vereadora Susana Isabel Freitas Custódio foram apresentadas as seguintes propostas:**

1 – «As tradicionais festas da freguesia de Samouco, em Honra da Nossa Senhora do Carmo, decorrem este ano no período de 13 a 17 de julho.

Com uma tradição vincada no concelho, e mais concretamente na freguesia de Samouco, a edição deste ano conta com um vasto e diversificado conjunto de atividades de natureza cultural, recreativa e popular, sendo de destacar os espetáculos no largo da República e, ainda, as tradicionais largadas de toiros em alguns arruamentos da freguesia.

Tendo em conta a significativa importância e relevância destas festividades no contexto do concelho e da própria região, proponho a atribuição de apoio financeiro à Associação das Festas Populares do Samouco, no valor de €12.000,00 (doze mil euros).»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a presente proposta por unanimidade.

2 – Por ocasião do Dia Mundial da Criança, o Rancho Folclórico “Os Camponeses de S. Francisco”, realizou uma atividade relevante, em parceria com a Divisão de Desporto, Juventude e Movimento Associativo e a Divisão de Educação, Desenvolvimento Social e Saúde dirigida às crianças do 1.º ciclo e pré-escolar do Passil.

Para fazer face aos encargos decorrentes da sua participação no projeto, apresentou candidatura própria ao abrigo do artigo 4.º do Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo desta Autarquia.

A candidatura efetuada insere-se no âmbito do Programa de Realização de Atividades Pontuais, revestindo-se de grande importância para o Município de Alcochete.

Neste sentido, proponho a atribuição de um apoio financeiro de €175,00 (cento e setenta e cinco euros), para fazer face aos encargos decorrentes da sua atividade.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a presente proposta por unanimidade.

3 – Durante o mês de agosto entre os dias 10 e 16, realizar-se-ão as grandiosas Festas do Barrete Verde e das Salinas em honra do Campino, Salineiro e Forcado.

Estas Festas, que constituem um ex-libris de Alcochete, atraem um elevado número de visitantes e são um dos cartões-de-visita do que mais autêntico permanece em Alcochete.

Propõe-se a atribuição de um apoio financeiro ao Aposento do Barrete Verde, destinado às despesas que se prendem com a preparação e organização das Festas do Barrete Verde e das Salinas, no valor de €36.000,00.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a presente proposta por unanimidade.

INFORMAÇÕES

➤ **Pelo senhor presidente foram prestadas as seguintes informações:**

1 – Minuta da ata da Assembleia Municipal

O senhor Presidente da Câmara deu conhecimento do teor das deliberações tomadas na sessão ordinária da Assembleia Municipal, realizada em 29 de junho de 2012, através da minuta da ata.

A Câmara tomou conhecimento.

2 – Ondas de Calor

«As alterações climáticas, designadamente os fenómenos climáticos externos, constituem uma nova categoria de perigo para a saúde pública, em que prevalecem as mudanças sistemáticas induzidas pelo homem no sistema natural, sendo atualmente incontestável o aquecimento global no planeta.

As ondas de calor, situação mais comum no verão, correspondem a um período de alguns dias com temperaturas máximas superiores à média usual para a época.

Minimizar os efeitos negativos do calor intenso na saúde das populações é uma das missões do Serviço Municipal de Proteção Civil que em colaboração com o Centro de Saúde de Alcochete têm vindo a desenvolver um trabalho de acompanhamento, através da disponibilização de toda a informação pertinente das entidades de

saúde, que lhes permita uma eficaz avaliação do risco e o desenvolvimento de respostas apropriadas.

Este trabalho de parceria permite potenciar a coordenação interinstitucional, melhorar o sistema de prevenção, alerta e resposta, definir orientações/recomendações de intervenção e reforçar a informação à população em geral, e aos grupos mais vulneráveis em particular, sobre medidas e procedimentos a adotar em situação de calor intenso, sendo esta uma das prioridades do Serviço Municipal de Proteção Civil à população do concelho de Alcochete com algumas precauções que devem ser adotadas por todos.

As ondas de calor, além do grande impacto na saúde humana como referido, contribuem, também, para a criação de condições próprias à propagação de incêndios florestais, à qual também a população deve estar consciente e informada das medidas comportamentais adequadas, que evitam a ocorrência deste tipo de acidentes.

Assim, recomenda-se que toda a disponibilização de informação à população em geral à semelhança do que tem vindo a ser divulgado no sítio da Câmara Municipal faça parte de todos os meios de comunicação disponíveis no concelho de Alcochete por forma a que informação chegue a todos.»

A Câmara tomou conhecimento.

3 – Sinistralidade 2011

«No âmbito das competências do Serviço Municipal de Proteção Civil, no que diz respeito à segurança e associada à mesma a sinistralidade rodoviária no concelho de Alcochete, numa análise, quer aos eixos de circulação internos quer aos de atravessamento do concelho e segundo informação divulgada pela Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária sobre os dados analisados, pode-se constatar que a sinistralidade de 2010 comparativamente com 2011, para Alcochete são os seguintes:

Alcochete	Acidentes c/ vítimas	Vítimas mortais	Feridos graves	Feridos leves	Total de vítimas	Índice de gravidade
2010	49	3	6	54	63	6,1
2011	45	2	8	49	59	4,4

Verifica-se uma diminuição do número de acidentes de 2010 para 2011, sendo Concelho de Alcochete a nível do distrito, o concelho com menos acidentes com vítimas, no entanto o Índice de Gravidade é dos mais elevados, que significa que o número de acidentes é baixo, mas todos com vítimas, sendo que este índice é calculado com o número de mortos por 100 acidentes com vítimas.

Os principais acidentes ocorrem na EM 502, EM 501, EN4 e Avenida Euro 2004, no que diz respeito a 2010 e 2011.»

A Câmara tomou conhecimento.

- **Pelo senhor vereador Paulo Alexandre Meireles de Carvalho Alves Machado foram prestadas as seguintes informações:**

1 – Cantinas sociais

«No âmbito do Programa de Emergência Social, da responsabilidade do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, e a pedido da Sra. Diretora do Centro Distrital da Segurança Social, realizou-se, no passado dia 3 de julho, reunião entre a Câmara Municipal e as IPSS's do concelho para analisar a necessidade de constituição de cantinas sociais no concelho de Alcochete, a saber a Santa Casa da Misericórdia através do senhor provedor Sr. Joaquim Pereira, o Centro Social de São Brás, na pessoa do senhor presidente da direção, Sr. Néilson Constantino e a Fundação João Gonçalves Júnior, na pessoa da sua coordenadora técnica Dra. Anabela Martins.

Após a análise da proposta de protocolos a estabelecer com as IPSS's, no âmbito da criação das cantinas sociais, procedeu-se à análise dos indicadores sociais do concelho, relativos ao desemprego e à medida de apoio social RSI.

Da análise resulta a constatação de um crescimento relativamente a Dezembro de 2011, de 13% no que diz respeito ao desemprego e de 29% relativo ao RSI. A solicitação de apoio alimentar aos grupos sócio caritativos que disponibilizam alimentos para confeccionar, ao abrigo do PCAAC – Programa Comunitário de Ajuda Alimentar a Carenciados e do Banco Alimentar contra a Fome também tem vindo a aumentar, estando estas instituições atualmente a apoiar 160 famílias em Alcochete e 57 no Samouco.

No entanto, os representantes da Santa Casa da Misericórdia e do CENSA, referiram a necessidade de refletir sobre o protocolo proposto pela Segurança Social, bem como sobre a gestão de recursos humanos e financeiros das suas instituições, não aderindo, para já, a esta medida.»

A Câmara tomou conhecimento.

2 – Comissão Administrativa Provisória do Agrupamento de Escolas de Alcochete

«No seguimento do Despacho n.º 5634-F/2012, de 26 de abril, emanado pelo Ministério da Educação e Ciência, foi constituído o Agrupamento de Escolas de Alcochete, de que resulta a agregação do Agrupamento de Escolas El-Rei D. Manuel I e da Escola Secundária de Alcochete.

Nesse sentido, no passado dia 2 de julho tomou posse a Comissão Administrativa Provisória do Agrupamento de Escolas de Alcochete com a seguinte constituição:

Presidente: Dra. Aida Lopes;

Vice-Presidente: Dra. Augusta Alves;

Vogais: Dr. Avelino Pinto, Dra. Fernanda Veríssimo, Dra. Laureta Mateus.

De acordo com o previsto na legislação, esta Comissão desenvolverá todos os procedimentos com vista à instalação do Agrupamento de Escolas de Alcochete.»

A Câmara tomou conhecimento.

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE

Interveio a seguinte munícipe:

D. Isabel Clóló.

Informou que se dirigiu à Câmara a fim de tratar dos procedimentos para fechar uma varanda (marquise) e demonstrou a sua preocupação relativamente aos custos inerentes ao processo.

O senhor presidente da Câmara esclareceu as questões colocadas, ficando o senhor Chefe da Divisão de Ordenamento do Território e Urbanismo de avaliar a situação.

Mais foi deliberado aprovar a presente ata em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 92.º do Decreto-Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação.

ENCERRAMENTO

E nada mais havendo a tratar, pelas 18:50 horas, o senhor presidente declarou encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Tânia Cláudia Soares Ribeiro Rodrigues Barrinha da Cruz, assistente técnica, subscrevo e assino.